

Pequenas Comunidades Piscatórias nas Paisagens Litorais do Norte de Portugal: da lenta ‘Agonia’ à Revitalização

Maria do Céu Viegas, INRB/IPIMAR; mcviegas@hotmail.com
Fantina Tedim, UPorto - Faculdade de Letras; ftedim@letras.up.pt

Resumo

A diversificada riqueza cénica que as Comunidades Piscatórias litorais apresentam vale, só por si, um olhar atento à sua contemporaneidade. Este trabalho visa caracterizar as pequenas Comunidades Piscatórias do Norte de Portugal e identificar os diferentes aspetos que poderão determinar a decadência ou a revitalização destas Comunidades. Esta análise serviu de base à sugestão de um conjunto de medidas de suporte a uma “Estratégia para uma Política de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Piscatórias”, cuja implementação permitirá concretizar cenários prospetivos otimistas relativamente ao papel a desempenhar por estas comunidades no setor pesqueiro, associado à valorização económica, social e cultural do litoral português.

Palavras-chave: Comunidade Piscatória; Desenvolvimento Integrado; Pequena Pesca; Valorização do Litoral.

Abstract

The diversified scenic richness offered by coastal Fishing Communities is worthy of a watchful look on its contemporaneity. This paper intends to characterize the small Fishing Communities of Northern Portugal. Based in statistic information the approach aims to identify the different aspects which may explain the decadence or the revitalization of these communities. These data were used as a basis for the edification of a “Strategy for Fishing Communities Integrated Development Policy”. Its implementation aims to achieve optimistic prospective scenarios regarding the role to be played by these local communities in the fishing sector, encompassing the economic, social and cultural valorization of the Portuguese coastline.

Keywords: Fishing Community; Integrated Development; Small-scale Fisheries; Coastline Valorization.

1 – Introdução

Em muitas regiões da Europa, a atividade da pesca em pequenas Comunidades Piscatórias sempre contribuiu para a valorização das paisagens ribeirinhas e litorais em termos sociais, recreativos e culturais. Estas Comunidades estão geralmente associadas à Pequena Pesca que utiliza modelos sustentáveis de exploração dos recursos haliêuticos e que constitui uma ferramenta essencial para a recolha de alimento de elevada qualidade e valor nutricional, direcionado exclusivamente para o consumo humano. Não deve ser negligenciada a apetência crescente dos mercados por este tipo de produto, devida à descoberta de novas propriedades que permitem classificá-lo como alimento seguro e saudável.

A nível da União Europeia (UE) não existe consenso que permita estabelecer a frota artesanal por não ter sido definido, até agora, um conjunto de critérios objetivos que possibilitem segmentar a frota pesqueira de modo estandardizado em toda a UE (Projecto PRESPO, 2009:3). Também em Portugal não há total coincidência nos critérios adotados pelos diferentes organismos envolvidos, seguindo-se aqui o conceito de Pequena Pesca proposto por AFONSO-DIAS *et al.* (2007:1) que a associa à frota de pequenas embarcações de reduzida autonomia de operação e comprimento de fora a fora inferior a doze metros.

As Comunidades Piscatórias constituem núcleos populacionais muito individualizados, formados por famílias geralmente numerosas e bastante dependentes do dinamismo gerado pela pesca; são ainda detentoras de um vasto património, tanto histórico como cultural imaterial, cada vez mais ameaçado por pressões poderosas de origem diversa e que por isso requerem ações urgentes que visem a sua preservação. Recorde-se que Portugal ratificou a 26 de Março de 2008 (Decreto do Presidente da República n.º 28/2008 e Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008) a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003).

Contudo, uma das principais ameaças à sobrevivência destas Comunidades Piscatórias reside no seu próprio seio e provém das condições atualmente existentes no exercício da atividade da Pequena Pesca que impelem os jovens a rejeitar a profissão de pescador, desencorajados que são pelos pais que não antevêm progresso significativo, sobretudo na questão da segurança a bordo das embarcações. “Para a maioria dos jovens, o mar não é visto como um *mercado de trabalho*, mas sim como um espaço de diversão e de lazer” (OLIVEIRA, 2009:119).

Os portos de pesca que se encontram atualmente na região Norte são praticamente os que foram identificados por Baldaque da Silva, em 1891 (SILVA, 1891). À exceção dos associados maioritariamente à apanha de sargaço e à pesca de caranguejo “pilado”, que entretanto deixaram de ter viabilidade económica como adubo para os campos agrícolas, permanecem 43 portos de pesca ao longo da costa Norte até Espinho (FRANCA *et al.*, 1998:

20-21). Exclusivamente marítimos pela sua localização, estes autores consideram apenas 15 portos. Todavia há portos situados na embocadura dos rios em que a atividade pesqueira é exercida fundamentalmente no litoral adjacente, como é o caso de Caminha, Esposende, Vila do Conde e Afurada.

Quando se pretende fazer a análise da atividade desenvolvida pela Comunidade Piscatória que acompanha cada um destes portos, depara-se com a inexistência de informação estatística publicada, individualizada e consistente. Estes condicionalismos refletem a desvalorização de que a Pequena Pesca tem sido alvo, ou melhor, o quase abandono deste setor por parte do Estado, que não desenvolve uma política assertiva de longo prazo, defensora dos anseios legítimos dos profissionais que querem exercer a sua profissão com dignidade e segundo padrões da modernidade. São sobretudo os pescadores, sem alternativa profissional e com idades avançadas, que prosseguem no exercício da atividade; alguns tendo experimentado a emigração noutras frotas. Mesmo esses, que regressaram com mais conhecimento e capital financeiro que poderia ser aplicado localmente para relançar a atividade, não sentiram o apoio esperado das entidades oficiais e afastaram-se, arrastando consigo os descendentes, embora sabendo que estavam deste modo a contribuir para o declínio da atividade e para a consequente perda de alguns dos seus valores, inclusive a identidade da sua comunidade de origem.

Este estudo teve como finalidade a caracterização de pequenas Comunidades Piscatórias da região Norte sob diversos aspetos, cuja análise permitiu sugerir um conjunto de medidas de suporte de uma “Estratégia para uma Política de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Piscatórias”. A implementação desta estratégia asseguraria a revitalização destas Comunidades uma vez que iria proporcionar cenários prospetivos otimistas relativos ao papel a desempenhar por estas Comunidades, tanto no setor pesqueiro nacional, como na valorização económica, social e cultural das paisagens litorais.

2 - Metodologia

A área de estudo abrangeu 14 portos da região NUTS II - Norte, entre Caminha e Espinho, sobre os quais existe informação estatística de desembarques anuais de pescado efetuado em lota, compilados pela Direção Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA). A informação estatística utilizada permitiu apenas caracterizar as Comunidades Piscatórias de Caminha, Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Chã, Angeiras, Matosinhos, Valbom, Afurada, Aguda e Espinho (Figura 1). Fez-se uma análise quantitativa e qualitativa dos desembarques em lota no período 1997-

2007, referente a embarcações com comprimento até doze metros, classificada como frota da Pequena Pesca (AFONSO-DIAS *et al.*, 2007:1).



Figura 1 - Localização das Comunidades Piscatórias da NUTS II – Norte, em estudo. Fonte: Informação Geográfica CAOP 2010 (IGP, 2011).

A DGPA disponibilizou também dados relevantes quanto ao número de licenças de pesca atribuídas, anualmente, por Capitania ou Delegação Marítima, desta vez relativas a embarcações de comprimento de fora a fora inferior a nove metros, associadas à Pesca Local, que operam em águas interiores não marítimas ou em águas oceânicas, com a condicionante de não saírem da zona de jurisdição do porto de registo ou dos portos limítrofes (DGPA, s/d). Os dados reportam-se a licenças de pesca atribuídas durante o período 1997-2010, agregados a seis Capitánias - Caminha, Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Leixões e Douro - e a uma Delegação Marítima - Esposende.

3 – Caracterização das Comunidades Piscatórias em estudo

3.1 - Análise Quantitativa dos Desembarques de Pescado em Lota

Na totalidade das lotas da região Norte, entre 1997 e 2007, foi registado o desembarque de 37.338 toneladas de pescado, o que significa o valor médio anual de 3.394 toneladas. Os desembarques anuais de pescado oscilaram entre o valor mínimo de 2.154 toneladas, em 1999 e o valor máximo de 5.327 toneladas, em 2004, representando respetivamente 14 e 25 % do

total desembarcado nas lotas do continente (Figura 2). A partir de 2004 registou-se uma tendência decrescente, com ligeiras oscilações.

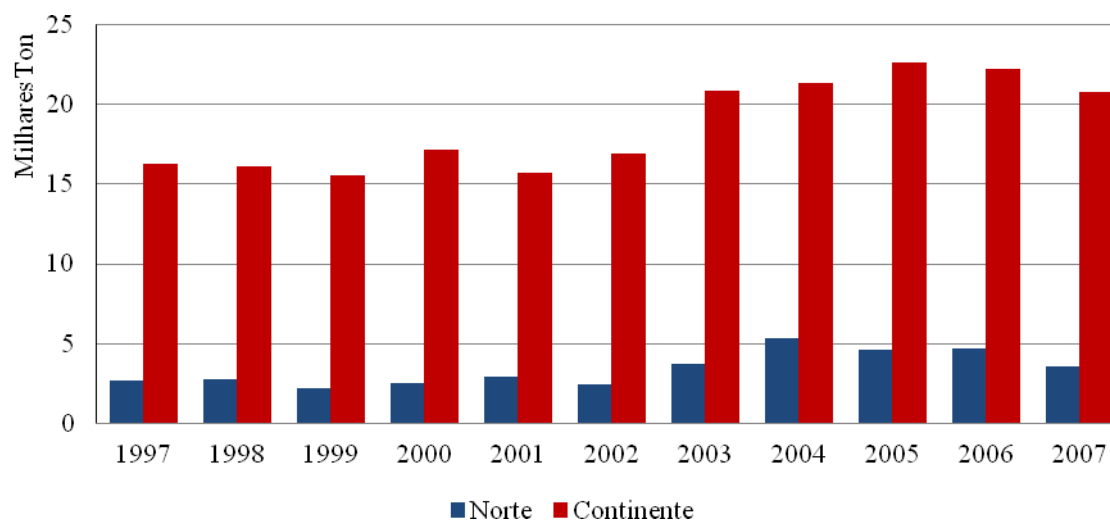


Figura 2 – Comparação dos desembarques de pescado em lota na região Norte com o total desembarcado no continente, entre 1997 e 2007. Fonte dos dados: DGPA (2008).

A quantidade de pescado desembarcado por porto, durante o período em estudo foi muito diversa. Matosinhos destacou-se uma vez que registou o valor de 18.113 toneladas, muito próximo do equivalente à soma dos restantes portos, que foi 19.225 toneladas. O pescado desembarcado em Matosinhos correspondeu assim a 49% do total da região Norte (Figura 3) seguido de Viana do Castelo, com 27%. No porto da Póvoa de Varzim foi desembarcado 9% do pescado registado em todo o período. O contributo de cada um dos restantes portos não ultrapassou 3%.

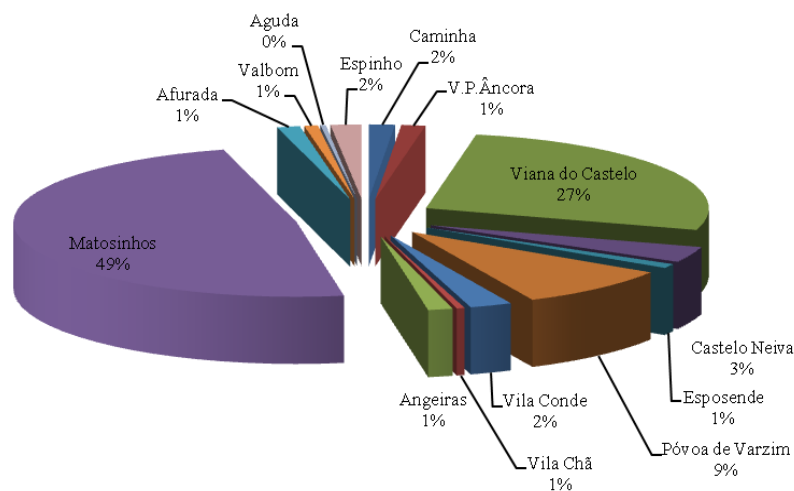


Figura 3 – Total de pescado desembarcado pela Pequena Pesca na região Norte, por porto de pesca, entre 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008).

Analisando os desembarques anualmente, apenas em Vila Praia de Âncora, Esposende e Aguda é que o valor de 2007 representa o máximo de pescado no período em estudo. De salientar que o valor encontrado em 2007, em Espinho, é 244% superior ao valor de 1997. Vila Praia de Âncora e Viana do Castelo registaram também crescimentos muito superiores a 100%. Em Caminha, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras e Valbom houve um aumento inferior a 100%. Na Afurada houve um decréscimo de 58%, devido eventualmente a desembarques efetuados em Matosinhos. Acontece um decréscimo menos acentuado em Castelo do Neiva (-15%) e em Vila Chã (-22%). Em Matosinhos houve uma redução de 0,3% que denota uma relativa estabilidade, enquanto na Aguda se registou o mesmo valor no início e no fim do período, embora com quebras intermédias consideráveis. De modo a evidenciar a variabilidade interanual em cada porto, dividiu-se a série temporal em três períodos (1997-1999; 2000-2003 e 2004-2007) e analisou-se a evolução do valor médio anual dos desembarques de pescado em cada porto. Obtiveram-se comportamentos distintos (Figura 4).

Em Caminha, Viana do Castelo, Vila do Conde, Angeiras e Matosinhos - Tipo 1 - o valor médio anual dos desembarques de pescado aumentou continuamente.

Na Afurada - Tipo 2 - registou-se um aumento do valor médio anual dos desembarques do primeiro para o segundo período, todavia a partir de 2003 inicia-se uma redução muito significativa, e o valor para o período de 2004-2007 é mesmo inferior ao de 1997-1999.

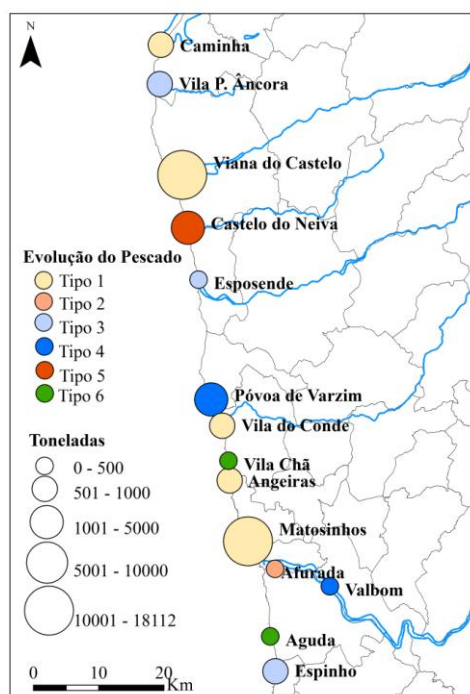


Figura 4 - Evolução do pescado desembarcado nos portos da região Norte, no período 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008).

Contrariamente ao que se verifica na Afurada, nos portos de Vila Praia de Âncora, Esposende e Espinho – Tipo 3 - o pescado desembarcado sofreu uma quebra no final da década de 90, início da década seguinte. Todavia, nos anos seguintes deu-se uma recuperação, e a média anual no último período foi superior à do primeiro.

Póvoa de Varzim e Valbom - Tipo 4 – registaram aumento do valor médio anual dos desembarques de pescado do primeiro período para o segundo mas que foi seguido por um decréscimo. Todavia a média anual do primeiro período foi inferior à do terceiro.

Castelo do Neiva caracterizou-se por apresentar um decréscimo do pescado desembarcado em lota ao longo de todo o período analisado – Tipo 5.

Por fim assistiu-se em Vila Chã e na Aguda - Tipo 6 - a um decréscimo entre 1997-1999 e 2000-2004 e, seguidamente, a um aumento. A média anual do último período foi respetivamente, igual ou inferior à do segundo período.

Em síntese, verificaram-se grandes divergências na evolução do quantitativo de pescado desembarcado em cada porto, entre 1997 e 2007.

3.2 - Análise Qualitativa dos Desembarques de Pescado em Lota

A diversidade biológica encontrada nos desembarques durante o período em estudo (1997-2007) foi bastante elevada, o que justifica a variedade de artes de pesca utilizada pela Pequena Pesca. O valor máximo de espécies encontrado por porto, ao longo do período, foi 96 espécies e ocorreu em 2007, em Matosinhos. O termo “espécie” é aqui usado num sentido mais abrangente de grupo taxonómico distinto.

Esta análise evidenciou também que existe grande variabilidade entre os diferentes portos, o que permitiu agrupá-los em quatro categorias, resultantes do cálculo da média anual do número de espécies desembarcadas, obtida para cada porto (Quadro 1). Enquanto em Valbom e Espinho foram desembarcadas menos de 10 espécies em média, por ano (Categoria 1), já Viana do Castelo, Póvoa de Varzim e Matosinhos (Categoria 4) apresentaram diversidade maior, com média anual superior a 50 espécies.

Quadro 1 – Classificação dos Portos baseada na Diversidade Biológica média dos Desembarques no Período 1997-2007

Categoria	1	2	3	4
Média anual de espécies	≤10	>11<24	>25<49	>50
	Valbom 8 Espinho 6	Esposende 18 Fão 21 Vila Chã 24 Afurada 19 Aguda 16	Caminha 28 V. P. Âncora 35 Castelo Neiva 37 Vila Conde 33 Angeiras 26	Viana Castelo 69 Póvoa Varzim 73 Matosinhos 74

Fonte dos dados: DGPA (2008).

O número de espécies desembarcadas em cada porto não se manteve estável ao longo do período. Também este aspeto revelou contrastes entre os portos. Assim, Angeiras e Afurada registaram uma pequena redução enquanto Póvoa de Varzim e Valbom revelaram alguma estabilidade. Em todos os outros portos, ao longo do período, houve uma maior diversificação nas espécies desembarcadas (Figura 5). Realça-se o caso de Esposende onde se verificou o maior aumento, em que passou de 7 espécies, em 1997, para 55 espécies, em 2007. Estará relacionado com a progressiva inclusão de desembarques provenientes de Apúlia, porto exclusivamente marinho, a partir de 2004.

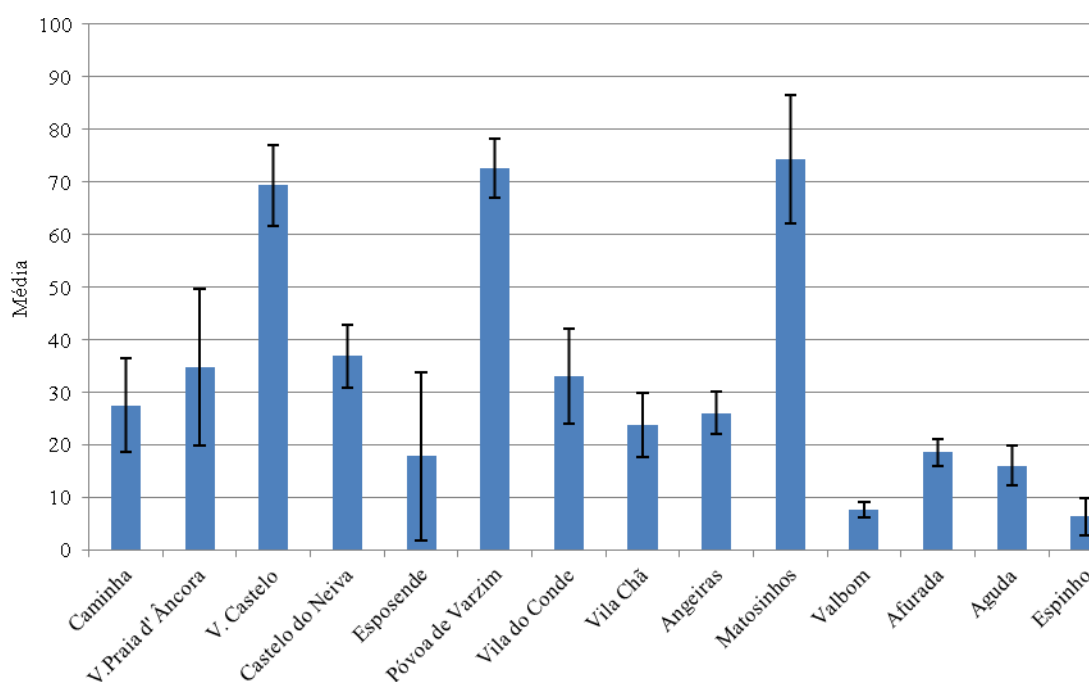


Figura 5 - Média anual e desvio-padrão do número máximo de espécies desembarcadas por porto, durante o período 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008).

Também a análise da composição faunística dos desembarques da Pequena Pesca, entre 1997 e 2007 evidencia a variedade entre os portos da região Norte, pois que se registaram diferentes espécies ou grupo de espécies dominantes (Figura 6).

A espécie capturada em maior quantidade foi a sardinha (19.077 toneladas), que representou 53% do total de pescado durante o período. A sardinha foi desembarcada em todos os portos em análise mas foi a espécie dominante em Matosinhos (65%), Afurada (62%), Viana do Castelo (54%) e Póvoa de Varzim (41%).

A segunda espécie mais representada nos desembarques da região foi o polvo (3.615 toneladas) que atingiu 10% do total de pescado desembarcado. Também esta espécie foi

desembarcada em todos os portos, embora as maiores quantidades tivessem sido registadas em Viana do Castelo (1.759 toneladas) e Castelo do Neiva (762 toneladas). O polvo foi mesmo a espécie dominante em Castelo do Neiva (59%), assim como tainha foi em Valbom (88%).

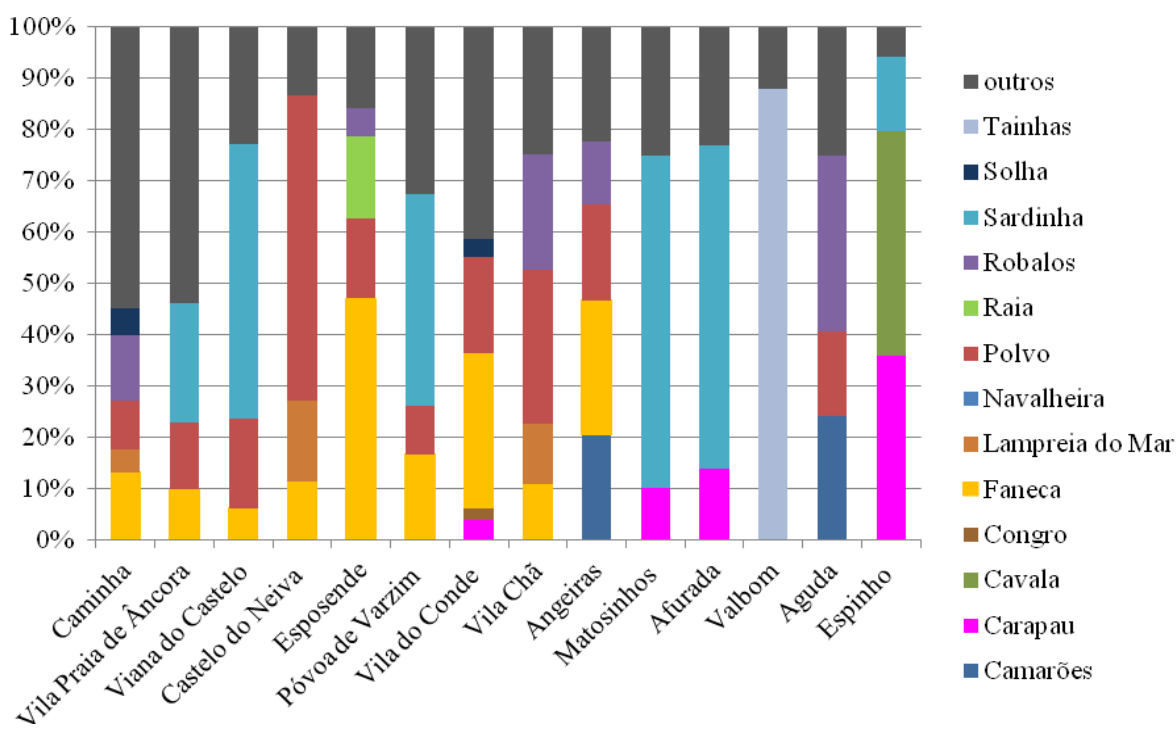


Figura 6 - Espécies dominantes na composição faunística dos desembarques efetuados nos portos NUTS II-Norte em estudo, durante o período 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008).

Nos restantes portos a dominância pertenceu a duas ou mais espécies. Assim, faneca e raia representaram 63% do pescado desembarcado em Esposende; robalo e camarão foram dominantes na Aguda (58%); robalo e polvo explicaram 53% dos registos de pescado referente a Vila Chã; em Espinho, 80% do pescado em lota correspondeu a cavala e carapau; em Angeiras foram faneca, camarão e polvo que dominaram (65%); já em Vila do Conde, duas espécies - faneca e polvo - explicam apenas 48% do total pescado; a diversificação do pescado desembarcado foi ainda mais significativa em Vila Praia de Âncora pois a representatividade das espécies mais importantes - sardinha, polvo e faneca - ascendeu apenas a 46%. Em Caminha não se registou dominância expressiva de qualquer das espécies, tendo o conjunto das mais representadas - faneca, robalo, polvo, solha e lampreia – atingido 45% dos desembarques em lota.

Ainda durante o período 1997-2007, a representatividade do marisco - designação comum em que se incluíram os animais invertebrados marinhos comestíveis pertencentes aos grupos

Crustáceos, Moluscos e Equinodermes – correspondeu a 13% do total de pescado desembarcado pela Pequena Pesca nos 14 portos da Região Norte. A maior parte do marisco refere-se a Moluscos Cefalópodes (76%) de que se destaca o polvo (75%), tendo os Crustáceos e os Moluscos Bivalves um valor semelhante - 12% e 11% respetivamente. Os Crustáceos mais importantes foram camarão-branco-legítimo (6%), navalheira (3%), perceve (1%) e santola (1%). Já em relação aos Bivalves, a amêijoia-branca (7%) e o berbigão (4%) foram as espécies mais capturadas. Os Equinodermes estiveram pouco representados (1%).

Durante o período em estudo o porto que registou maior quantidade de marisco desembarcado foi Viana do Castelo (2.202 toneladas), seguido de Matosinhos (818 toneladas), Castelo do Neiva (808 toneladas), Póvoa de Varzim (370 toneladas), Angeiras (245 toneladas) e Vila do Conde (202 toneladas). Nos restantes portos a quantidade de marisco desembarcado foi muito menor e assumiu mesmo um valor residual em Valbom (0,2 toneladas/0,1%), Espinho (6,5 toneladas/1%) e Afurada (9,7 toneladas/2%).

Não obstante existir elevada “fuga à lota” relativamente ao pescado de maior valor comercial, nalguns portos a relevância do marisco no total dos desembarques foi muito significativa (Figura 7), como aconteceu em Castelo do Neiva (63%) ou mesmo em Vila Chã (48 %), Angeiras (53%) e Aguda (43%).

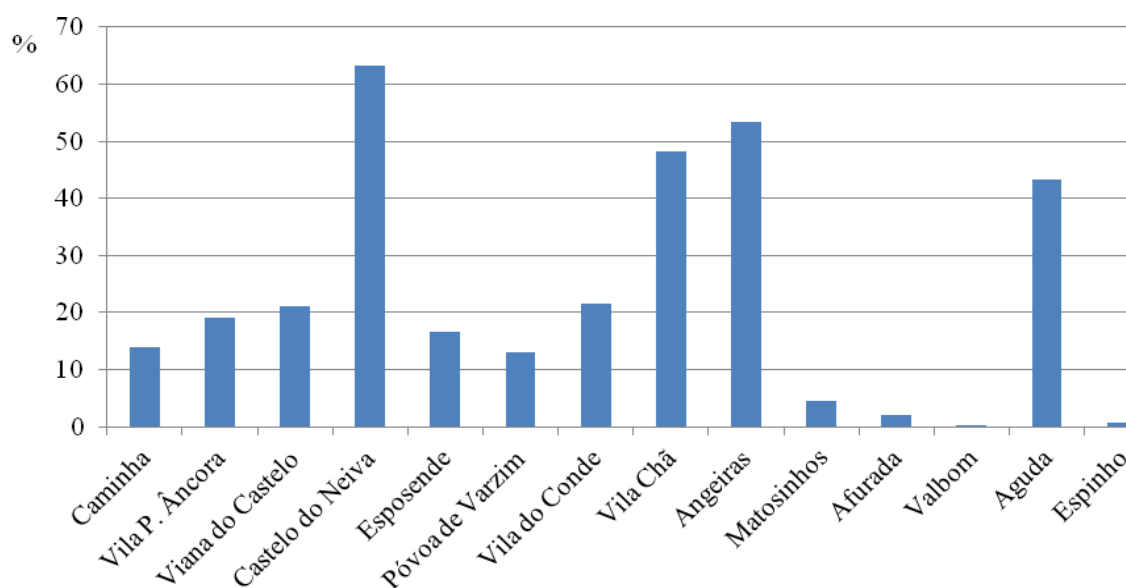


Figura 7 – Representatividade do marisco (Crustáceos, Moluscos e Equinodermes) em relação ao total dos desembarques efetuados nos portos NUTS II-Norte em estudo, durante o período 1997-2007. Fonte dos dados: DGPA (2008).

Estes valores não refletem a real importância que o marisco representa para estas pequenas Comunidades Piscatórias, uma vez que o seu valor é, em geral, superior ao das restantes espécies desembarcadas. A análise baseada apenas nos quantitativos de pescado registado em lota pode não deixar transparecer a elevada importância económica da Pequena Pesca.

3.3 – Análise das Licenças da Frota de Pesca Local

Todas as Capitánias verificaram um aumento de 93% do número de licenças entre 1997 e 2010, embora o ritmo de crescimento tenha sido diversificado (Figura 8). O aumento foi contínuo até 2005, em que se verificou o valor máximo de 434 licenças.

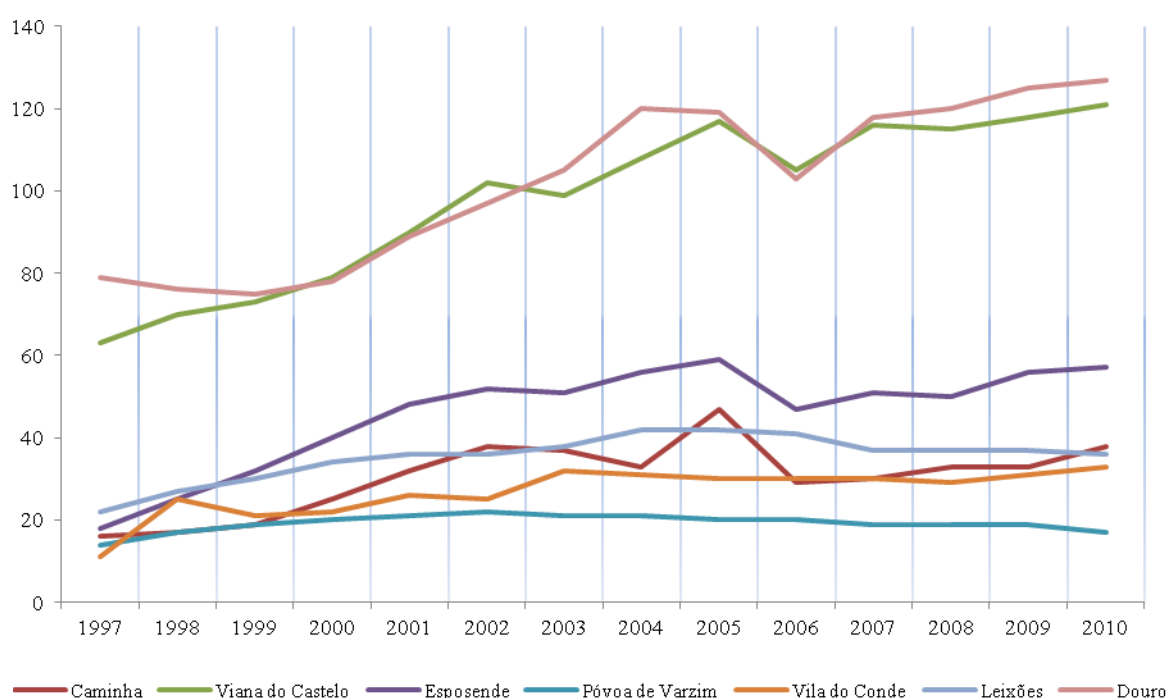


Figura 8 - Evolução do número de licenças atribuídas anualmente pelas Capitánias da NUTS II-Norte, entre 1997-2010. Fonte dos dados: DGPA (2011).

Em 2006 houve um decréscimo de 14%. Todavia, nos anos seguintes voltou a aumentar o número de licenças atribuídas, embora o valor alcançado em 2010 ainda não tenha superado o máximo ocorrido em 2005. Das 223 licenças emitidas em 1997, cerca de 64% corresponderam às Capitánias do Douro e de Viana do Castelo. Embora em termos absolutos o número de licenças nestas Capitánias tenha duplicado, houve uma redução para 58% em 2010, o que significa que houve nas restantes Capitánias incrementos superiores. O

decréscimo pontual entre 2005 e 2006 verificou-se em todas as Capitánias, exceto na Póvoa de Varzim e Vila do Conde, onde o número de licenças se manteve inalterado.

A situação de maior estabilidade durante o período em estudo verificou-se na Póvoa de Varzim onde o incremento foi de apenas 21%. Em Leixões, Douro e Viana do Castelo, os acréscimos mais significativos variaram entre 64% (Leixões) e 92% (Viana do Castelo).

Os incrementos superiores a 100 % ocorreram em Caminha, Vila do Conde e Esposende. Nesta última o acréscimo atingiu mesmo 217%. Merece ainda atenção o facto de nas Capitánias de Viana do Castelo, Vila do Conde e Douro, as licenças terem atingido em 2010 o valor máximo do período.

A evolução do número de licenças não é, de todo, condizente com um cenário de desaparecimento da Pequena Pesca.

4 – Discussão

Os condicionalismos na obtenção de informação estatística dificultaram a realização de análises consistentes da atividade piscatória das Comunidades que foram definidas como objeto de estudo, inclusive a informação do universo humano envolvido, tanto no que respeita ao número de pescadores no ativo como a outros dependentes da pesca. Essa estimativa só poderá ser determinada com a realização de inquéritos. Era importante ter obtido informação detalhada e diversificada relativamente a cada Comunidade, o que não se tornou possível. Contudo, as análises efetuadas aos desembarques em lota e ao número de licenças atribuídas permitiram inferir algumas indicações quanto à evolução registada nos últimos anos, na região Norte.

Considerando o ano de início e o de fim do período em estudo, a quantidade de pescado desembarcado registou um acréscimo de 34% em termos globais na região Norte. Mas os valores máximos de pescado registaram-se entre 2004-2006. Assim, a evolução do pescado desembarcado em lota não patenteia um cenário de desaparecimento da Pequena Pesca. É certo que há contrastes entre a dinâmica da Pequena Pesca consoante os portos mas também aqui se revela a resiliência das Comunidades que procuram vencer as adversidades e que persistem numa atividade que enfrenta vários perigos, nomeadamente colocados pelas alterações da própria morfologia da costa associadas à subida do nível do mar mas também às estruturas de defesa costeira que têm sido construídas em vários pontos do litoral Norte (GARCIN *et al.*, 2011:104).

Também a análise da evolução do número de licenças evidencia que a atividade da Pequena Pesca na região Norte tem vindo a aumentar nos últimos 14 anos, o que permite inferir que a

Pequena Pesca não está em declínio no que se refere ao interesse manifestado pelos seus utilizadores. Embora os dados recolhidos manifestem uma tendência no sentido da duplicação quase generalizada do número das licenças durante o período em estudo, há localidades que apresentam um crescimento menor mas nunca uma tendência para a regressão.

Tendo por base os valores das licenças atribuídas por Capitania e sabendo que cada embarcação da Pesca Local só pode ter matriculados entre 2 e 4 tripulantes, estimou-se o número mínimo e máximo de profissionais inscritos (Pescador e Arrais de Pesca). Assim, o total de profissionais em atividade na Pequena Pesca, na região Norte, em 2010, oscilou entre 858 e 1.716 profissionais.

Para ter uma estimativa do universo dependente diretamente da atividade da Pequena Pesca, há autores que extrapolam usando o número de profissionais no ativo multiplicado por um factor relacionado com a dimensão média do agregado familiar (TOMÁS & MEDEIROS, 2006:264-268). Se for considerado para a região Norte, em termos médios, um agregado familiar com 3 elementos, ter-se-ia entre 2.574 e 5.148 pessoas envolvidas diretamente na atividade da Pesca Local, ou seja, relativo à frota de embarcações cujo comprimento não ultrapassa os 9 metros.

5 - Considerações finais

Portugal detém atualmente a maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia, uma área de aproximadamente um milhão e setecentos mil quilómetros quadrados que está disponível para ser explorada. De notar que esta área poderá ser ainda bastante maior se for aceite o pedido para a sua extensão, apresentado por Portugal à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM, 1992).

No que respeita à exploração de recursos marinhos, a arraigada tradição no consumo de pescado coloca Portugal em primeiro lugar a nível europeu (triplo da média de consumo *per capita*) e no terceiro lugar a nível mundial. Daí decorre a importação de cerca de dois terços do peixe que é consumido; as pescas nacionais representam apenas 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB), embora empreguem mais de 90 mil pessoas (INE, 2011). A nível da frota, a expressão da Pequena Pesca é sempre grande; em 2007 representou no continente cerca de 91% da frota de pesca. Também o valor médio do pescado proveniente da Pequena Pesca (€2,72/kg) foi significativamente superior ao da restante frota (€1,27/kg), registando uma valorização superior a 100% (DGPA, 2008; 2011).

Existem vários diplomas legais que preconizam a urgência em articular as atividades que elegem o mar e o litoral como palco do seu exercício, respeitando critérios de sustentabilidade. Tomando como exemplo a Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC, 2009), constata-se que preconiza “uma zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável, baseada numa abordagem sistémica e de valorização dos recursos e valores identitários”.

Contudo, o que a realidade mostra nem sempre corresponde ao enunciado, desafiando a refletir sobre a resiliência das pequenas Comunidades Piscatórias e sobre as estratégias possíveis para a sua revitalização. Salvo raras exceções, as autarquias em que se inserem não souberam ter a visão estratégica necessária para dar a estas Comunidades a oportunidade de vencer o conformismo em que a maioria atualmente está mergulhada. Políticas de cariz estritamente económico, enquadradas numa perspetiva de escala, sobrepuseram-se à obrigação da preservação do património cultural e à importância social, e mesmo económica, que a atividade da Pequena Pesca representa a nível local, assim como ao potencial de inovação e de diversificação que estas comunidades encerram.

Os problemas associados ao quotidiano das Comunidades Piscatórias têm matrizes diferenciadas que dificultam a sua generalização, embora sejam identificáveis algumas características comuns que não passam despercebidas a quem percorre estes locais. Sobressai a resiliência histórica destes núcleos populacionais, alimentada pela tradição de ir ao mar e pelo amor que revelam pelo “seu” mar. Apesar de todas as vicissitudes sentidas, quer as decorrentes da globalização dos mercados quer a indiferença continuada do Estado *lato sensu*, elas continuam a usar diariamente a Pequena Pesca como ferramenta para a obtenção do sustento familiar básico.

A análise efetuada neste estudo evidencia que a atividade da Pequena Pesca na região Norte está a sobreviver aos constrangimentos e que é indiscutivelmente uma atividade atrativa. Lentamente, a Pequena Pesca está a ver reconhecido o seu esforço e importância em diversas instâncias, nomeadamente na reforma da Política Comum de Pesca¹. É preciso traçar rumos seguros no sentido da sua revitalização porque a Pequena Pesca é uma atividade com futuro. Face à necessidade de criar emprego não é aceitável que o Estado continue a abandonar setores primários e tradicionais da economia que estão já muito fragilizados. Podem e devem ser definidas estratégias para políticas que visem a revitalização das pequenas Comunidades Piscatórias onde são ainda utilizados os modelos de exploração sustentáveis da Pequena Pesca, cuja finalidade exclusiva é o consumo humano. Como condição prévia considera-se fundamental a mudança de atitude do Estado perante estas Comunidades, baseada na

¹Comissão das Comunidades Europeias (2006); Projecto PRESPO (2009); Comissão Europeia (2010).

proximidade, no diálogo, na auscultação dos interesses dos pescadores e na transparência, para que a execução das estratégias, ajustadas obrigatoriamente a cada comunidade, seja efetiva.

A implementação da estratégia que é apresentada no Quadro 2 poderá concretizar cenários prospetivos positivos relativamente ao papel a desempenhar por estas Comunidades Piscatórias no setor pesqueiro e na valorização económica, social e cultural do litoral português.

Quadro 2 – *Estratégia para uma Política de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Piscatórias*

- Apoiar as Comunidades Piscatórias através de uma estrutura oficial idêntica na sua função à “Extensão Rural”, figura que existiu na Agricultura Portuguesa e que existe nas pescas, na Galiza (Espanha) com bons resultados. Essa entidade teria no terreno e em itinerância, “Agentes de Desenvolvimento” (Viegas, 2007:1496), técnicos com competências específicas, incumbidos de orientar e servir de elo de ligação da Comunidade Piscatória (profissionais e dependentes da pesca) à comunidade científica e à própria Administração das Pescas, aumentando os níveis de diálogo e de participação;
- Dar oportunidade ao potencial de inovação que as Comunidades Piscatórias encerram e, utilizando a natural atração pelo mar, estimular o empreendedorismo, integrando as Comunidades Piscatórias na fileira da Economia do Mar, diversificando os rendimentos (construção naval, pesca desportiva, pesca-turismo, aluguer de casas no Verão, festivais gastronómicos, festas religiosas);
- Fomentar a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade do pescado por via da Certificação Sustentável (MSC - *Marine Stewardship Council*) de pescarias tradicionais;
- Minorar os riscos da atividade da pesca, aumentando a segurança a bordo das embarcações e reduzindo a dependência das condições meteorológicas, dotando os pequenos portos de infraestruturas adequadas à prática da atividade;
- Incluir os múltiplos saberes da Comunidade Piscatória (saber-saber, saber ser e estar e o saber-fazer) em programas de formação profissional inter-geracional para que, de forma dinâmica e participativa, todos se motivem na preparação do seu futuro, sem esquecer a sua raiz cultural (Viegas, 2006:467) e contribuindo para a diferenciação positiva do litoral.

Referências

AFONSO-DIAS, Manuel; SOUSA, Pedro; FERNANDES, Paula; RIBEIRO, Cristina; ELIAS, Leonor; PINTO, Carlos; PEREIRA, Lara (2007) - *A Pequena Pesca na Costa Continental Portuguesa em 2005*. Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca. ed.

Universidade do Algarve/Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura. Publicação digital, 40 pp. + anexos. <http://w3.ualg.pt/~madias/Progmin/Publicacaodigital.pdf> (Consulta realizada em 06.10.2008).

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2006) - *Livro verde. Para uma futura Política Marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*. COM (2006) 275 Final, Vol. II – Anexo, Bruxelas.

COMISSÃO EUROPEIA (2010) - Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão. Síntese da Consulta sobre a Reforma da Política Comum das Pescas. Tradução não oficial. [http://ec.europa.eu/fisheries/reform/sec\(2010\)0428_pt.pdf](http://ec.europa.eu/fisheries/reform/sec(2010)0428_pt.pdf) (Consulta realizada em 10.9.2010).

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR - CNUDM (1992) - Diário da República n.º 238/97. Série I-A, 1.º Suplemento, de 14 de Outubro de 1997.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (2003) - UNESCO. Paris. Publicado no Diário da República, 1.ª série, N.º60/2008, de 26 de Março.

DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA n.º 28/2008, de 26 de Março. Ratifica a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 17 de Outubro de 2003. Diário da República, 1.ª série, N.º 60/2008, de 26 de Março.

DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA - DGPA (2008) - Dados estatísticos seleccionados para este trabalho. Direcção de Serviços de Informação e Gestão da Actividade. Divisão de Informação. Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA - DGPA (2011) - Dados estatísticos seleccionados para este trabalho. Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Norte. Direcção de Serviços de Agricultura e Pescas. Senhora da Hora.

DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA - DGPA (s/data) - Informação Geral. Frota - Pesca Local - Definições Gerais. <http://www.dgpa.min-agricultura.pt/xportal/xmain?Xpid=dgpa&xpgid=genericPage&conteudoDetalhe=236041> (Consulta realizada em 3.10.2011).

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A GESTÃO INTEGRADA DA ZONA COSTEIRA - ENGIZC (2009) - Diário da República, 1.ª Sér., n.º.174, de 8 de Setembro.

FRANCA, Maria de Lourdes; MARTINS, Rogélia; CARNEIRO, Miguel (1998) - *A Pesca Artesanal Local na Costa Continental Portuguesa*. ed. IPIMAR. Lisboa.

GARCIN Manuel; TEDIM Fantina; VINCHON Charlotte; DESRAMAUT Nicolas; ROHMER Jérémy (2011) - Coastal Erosion Vulnerability Assessment: Northern Portugal Case-study (preliminary results), *in* Enhancing Resilience of Communities and Territories facing Natural and Na-tech hazards, Ensure Final Workshop, BRGM, Órleans,103-110

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS - IGP (2011) - Carta Administrativa Oficial de Portugal, disponível em <http://www.igeo.pt/produtos/cadaastro/caop/versao2011.htm>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE (2011) - *Anuário Estatístico de Portugal 2010*. ed. Instituto Nacional de Estatística, IP. Lisboa. 628p.

OLIVEIRA, Fernanda (2009) - *Comunidade Piscatória de Vila Chã. Povo de Barba Rija. Estudo de Caso*. Tese de Mestrado. Universidade Aberta. Porto. 236p.

PROJECTO PRESPO (2009) - *Desarrollo sostenible de las pesquerías artesanales del Arco Atlántico. Contribuciones del proyecto PRESPO al libro verde de la Política Pesquera Común*. http://ec.europa.eu/fisheries/reform/docs/prespo_es.pdf (Consulta realizada em 2.5.2011).

SILVA, António Baldaque (1891) - *Estado actual das Pescas em Portugal*. Reedição fac-similada. Banco de Fomento e Exterior. Lisboa: 515p + 5 Planos Hydrographicos.

TOMÁS, Licínio; MEDEIROS, Octávio (2006) - *Suor de Sal e de Mar. A Profissão de Pescador na Era da Globalização (Um Estudo na Região A. dos Açores)*. Centro de Estudos Sociais. Universidade dos Açores. Associação Marítima Açoreana. Ponta Delgada.

VIEGAS, Maria do Céu (2006) - As Comunidades Piscatórias de Angeiras e Aguda: Reflexões sobre o tradicional na modernidade. *Actas I Congresso Internacional sobre os Desafios Socioculturais para o Séc.XXI*. ed. AGIR- Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural. Póvoa do Varzim: 446-469.

VIEGAS, Maria do Céu (2007) - Desenvolvimento Sustentável da Pequena Comunidade Piscatória de Angeiras (Município de Matosinhos, Norte de Portugal). *Actas do IV Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sociocultural. Universidade de Guadalajara (Jalisco, México)*. ed. AGIR-Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural. Póvoa de Varzim: 1480-1504.